

Fim do recesso não motiva constituintes

Ainda embalados pela polêmica em torno do Regimento Interno, os constituintes voltaram devagar do recesso de Carnaval, só proporcionando quorum para a abertura da sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte com 25 minutos de atraso, após insistentes convocações. Assim mesmo, com uma média de 40 parlamentares presentes em plenário, a sessão acabou sendo encerrada 1 hora e 20 minutos mais cedo.

Ficou claro que as negociações do Carnaval não puseram fim às divergências sobre o regimento, embora o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), sustentasse logo no início da sessão que restavam apenas "pequenas arestas". Não foi o que se viu. Antes dele, o líder do PFL, José Lourenço, elogiou o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, que anunciara entendimento que compatibilizava o funcionamento das duas casas do Congresso com a Assembleia, mas também ressaltou que a Constituição vigente deve ser respeitada. E o que se pretende com o regimento em discussão é exatamente dar à Constituinte poderes para reformá-la.

PMDB de um lado, PFL, PTB e PDS, de outro, são os principais personagens dessa polêmica. E o PTB mostrou que continua do lado do PFL, quando seu líder, Gasthane Righi, sugeriu da tribuna que o de-

LUIZ MARQUES



Meira e Valmir: conversa de burtizáveis

putado Ulysses Guimarães já estava ferindo o texto constitucional em vigor ao abrir a sessão da Constituinte, ao invés de abrir a da Câmara. Ele propôs, então, que o presidente da Assembleia abrisse a sessão da Câmara, "ainda que simbolicamente". Como não houve resposta, ficou a impressão de que nem foi ouvido.

O PDS, por sua vez, se manifestou, na figura de seu líder Amaral Netto, "pronto para todo e qualquer entendimento". Mas mostrou que essa disposição não podia ser levada tão a sério, quando propôs aos que defendem a soberania que assinem compromisso de renunciar a seus mandatos no dia seguinte à da promulgação da nova Carta. "Quem ficar para depois está mentindo e de má-fé".

Se entre os personagens

principais, ao menos na sessão de ontem, um consenso parecia distante, dentre os coadjuvantes ele se traduzia numa posição irreduzível a favor da soberania. Aldo Arantes, PC do B/GO, disse que a soberania estava sendo colocada de lado pelos setores conservadores e de direita e que o substitutivo do regimento que dá poderes à Constituinte para sobrestar qualquer ameaça a seus trabalhos não atende ao partido. Segundo ele, a Assembleia não espera pelas ameaças para se defender.

O líder do PT, José Genoino, também frisou que a Constituinte não pode abrir mão de seus poderes. E após lembrar que o partido sempre defendeu uma Constituinte exclusiva, admitiu o funcionamento simultâneo da Câmara e do Senado, desde que em sessões convocadas pela As-

sembleia. Sua tolerância foi reforçada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, para quem essa não é uma questão fundamental, embora a soberania seja inegociável.

Adolpho Oliveira, do PL, só falou do regimento para se considerar honrado em participar dos entendimentos. No mais, teve a coragem de defender na tribuna o que seus colegas constituintes mais têm atacado ultimamente e que se relaciona diretamente com a questão da soberania: a interferência do Executivo. Para ele, não há qualquer inconveniente na presença de representantes daquele poder, já que seria tradição o acompanhamento dos trabalhos legislativos pelo Presidente da República.

Jamil Haddad, do PSB, foi prático: pediu que as cartas fossem colocadas na mesa, uma vez que o impasse sobre o regimento girava, no fundo, em torno do tempo de mandato do presidente Sarney. "Não abrimos mão de nossas posições ideológicas de respeito à soberania da Assembleia Nacional Constituinte", destacou, admitindo, contudo, que como minoria acabará derrotado.

O plenário não reagiu aos pronunciamentos dos líderes. Nem as galerias, eventualmente reforçadas pela presença de grupos de turismo. Apesar de enfáticos, os discursos não empolgavam. O quorum mínimo, de 94 constituintes, não estava alcançado e a sessão foi encerrada por Ulysses às 16h40.

Gasparian cobra mais eficiência

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), em discurso dado como lido, qualificou de estranho o adiamento da elaboração de uma Constituição voltada ao futuro, com a tentativa de aperfeiçoamento do texto atual, que deve ser enterrado "na vala comum das indigências do espírito". Considerou estranha também a discussão sobre a duração do mandato presidencial, "enquanto o País se pergunta, aflito, quanto tempo durará ainda a asfixia dos setores produtivos da economia provocada pelas exorbitantes taxas de juros bancários".

— Como num arco diabólico — acrescentou — repetem os banqueiros nacionais a mesma política de terra arrasada que nos oferecem os banqueiros internacionais.

Em nome "da provação histórica a que o País foi submetido, por obra do arbítrio e da violência", Gasparian defendeu a união do PMDB, referiu-se ao empenho dos "adversários" na divisão do partido, e disse que esta não tem tempo nem o direito de falar. Por isso, acrescentou, é cabível que a Constituinte

não tenha aprovado ainda o seu regimento.

— Do lado de fora desta casa — advertiu — o povo nos vigia. Guerrilhas internas, agenciadas e aplaudidas por nossos adversários, não conseguirão nos levar a impasses vergonhosamente retóricos ou falsamente ideológicos, do tipo que pretende opor lideranças contra lideranças ou criar conflitos entre o governo e o partido, de cujo programa ele procura se alimentar.

Para Gasparian, seria desserviço à Nação, por exemplo, deixar crer que o Governo está sendo acuado pelo PMDB, dentro da Constituinte. O deputado disse não querer e nem poder pensar que o PMDB "vire as costas a desafios tão grandes que a História lança, reclamando respostas diretas já".

— Não nos acometerá, confio, aquele tipo de insanidade que atacou um revolucionário a outrance, o poeta Antonin Artaud, de quem se disse que se transformara numa locomotiva que, tendo queimado todo o carvão disponível, passou a queimar também os seus

próprios vagões e a carga que eles conduziam.

Gasparian destacou que o plenário da Assembleia, "um divisor de águas", só se justificará na medida em que o povo identificar os constituintes" como oficina de soluções para o Brasil, e não como laboratório de impasses". E advertiu, novamente:

— Senhores constituintes: os nossos problemas têm pressão, o povo tem fome, a Nação tem inimigos internos e externos. E é em função desses problemas, desse povo e desta Nação que precisamos sair imediatamente desse injúfido e imobilismo parlamentar, votando amanhã (hoje) o Regimento Interno desta Assembleia Nacional Constituinte.

Gasparian defendeu a necessidade de a Assembleia se impor, reabilitando o Poder Legislativo perante a opinião pública, e sustentou que os constituintes têm a obrigação de criar "balizamentos firmes para uma democracia estável e, tanto no espírito como na letra, verdadeiramente democrática, na Assembleia Nacional Constituinte, bem

como no Congresso Nacional".

O discurso de Gasparian começou com referências à redemocratização do País e à história do PMDB. O deputado disse que é sobre o partido que recaem tanto a censura como as esperanças da Nação, e que o resultado das últimas eleições é a prova mais completa de que o povo confiou no PMDB a missão de operar mudanças. Segundo Gasparian, é natural que um sucesso tão evidente provoque nos adversários necessidades "tão determinadas quanto maquiavelicamente conduzida" para dividir os quadros do partido e a levar à perplexidade e à paralisação de seus propósitos.

Como resultado dessas manobras, na opinião do deputado, tenta-se projetar sobre a opinião pública a idéia de que o PMDB não consegue se unir e nem está preparado para governar. Gasparian lembrou momentos políticos importantes, nos quais o PMDB se uniu, e disse que "só unido e unindo-se em torno do que é mudança o partido conseguirá resgatar os compromissos programáticos".

de A a Z

os Constituintes

Raquel Cândido

Estréia na Câmara pelo PFL, depois de eleita vereadora em Porto Velho pelo PMDB. Está ligada à área trabalhista



Raquel Cândido (PFL-RO) assegurou: "Trabalhador comigo não passa trabalho", enquanto trata, pelo telefone, de encaminhar problemas de um sindicato de seu Estado. Em sua versão, foi este interesse pela classe trabalhadora que gerou sucessivos problemas com o PMDB de Rondônia e fez com que ela saltasse, de malas e bagagens, para o PFL em julho de 1986 — elegendo-se em seguida deputada federal por este partido.

"O PMDB cassou meu mandato três vezes", conta a deputada, cuja carreira parlamentar começou em 1982, quando se elegeu vereadora em Porto Velho. "A bancada do PDS não era suficiente para obter os dois terços de votos necessários à cassação, mas o PMDB sempre completou o número", explica. Nas três ocasiões ela acabou "derubando juridicamente" a decisão de afastá-la da Câmara Municipal. Seu mandato foi reafirmado pela última vez dia 22 de novembro, quando já havia garantido uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte.

Como "não se pode abraçar o Sol com as pernas", vai se dedicar a dois temas na Constituinte. Um deles é a questão mineral e energética, à qual está ligada há bastante tempo e que estuda intensamente no momento. Como suplente, pretende atuar na comissão que tratará dos assuntos de Economia, onde concentrará sua atenção "na cesta básica, no salário dos trabalhadores" e batalhará por uma reforma urbana, que discipline o uso do solo nas cidades e o subordine à função social.

De modo menos direto, já que só pode participar de duas comissões, estará atenta às questões da mulher. Não sendo uma "feminista rasgada", quer uma distribuição melhor das responsabilidades entre o casal: "Filho se faz a dois", pondera, ao propor o fim da pensão alimentícia unilateral. Aos 35 anos, "juntada, como se diz" e mãe de quatro filhos, deseja ver o casamento substituído por um contrato ao qual se ponha fim no momento em que esta for a vontade das partes.

Jonas Pinheiro

"Onde há agricultor há votos" é o seu lema. E assim foi reeleito deputado pelo PFL de Mato Grosso



Jonas Pinheiro (PFL-MT) tem em seu estado "votos onde há agricultores". Esta base, que lhe garantiu sufrágios em todos os municípios mato-grossenses nas duas últimas eleições, forjou-se através de um trabalho iniciado em 1961, como técnico agrícola. Em 1971, ingressou na Faculdade de Medicina Veterinária, formou-se em 1974. De 1975 a 78, foi coordenador do Programa Polocentro. Dali, saiu para assumir em 1979 a presidência da Emater/MT, cargo que desempenhou até se eleger deputado federal pela primeira vez em 1982.

Com tal trajetória, diz ser considerado "o verdadeiro representante do agricultor mato-grossense no Congresso Nacional" e tem suas atenções voltadas basicamente para esta área. Defende a reforma agrária, mas vê com desconfiança — a respeito dos resultados — a simples doação de terras. Acha que a reforma tem de ser precedida pela definição de uma política agrícola — e que, a partir daí, o agricultor

pode e deve pagar, em longo prazo e com juros baixos, a terra que receber. E dá exemplos concretos de duas situações diferentes.

Em Terra Nova (MT) foram assentadas 900 famílias, em terras doadas. Com o tempo, os contemplados foram deixando o lugar, vendendo suas glebas. Hoje, garante ele, não há mais de 10 por cento dos primeiros moradores no local. Já em Água Boa, também em seu Estado, uma cooperativa, a Coopercana, formou um núcleo rural. Os agricultores pagaram a terra, tiveram problemas com o solo — devido à monocultura do arroz —, diversificaram as lavouras e progrediram. Poucos se desfilaram da terra. Diante disso, ele considera mais conveniente o assentamento mediante formação de cooperativas ou projetos de colonização, com a terra vendida, desde que seja implantada uma infra-estrutura compatível com as necessidades do agricultor. Amanhã, assume a secretaria-geral do Conselho Federal de Medicina Veterinária.